



CIÊNCIA E FEMINISMOS – CONFIGURAÇÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE DIREITOS HUMANOS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO BRASIL

Allene Carvalho Lage

Universidade Federal de Pernambuco, allenelage@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo conhecer as relações de gênero na produção do conhecimento sobre direitos humanos nos programas de pós-graduação no Brasil. Para tanto faz uma discussão teórica sobre relações de gênero, seguida de uma crítica feminista sobre a ciência e de uma reflexão sobre os estudos feministas latino-americanos e a *praxis* para descolonizar o gênero. Este artigo, faz parte dos resultados de uma pesquisa maior, realizada no âmbito de um Estágio Pós-doutoral, e se define como um estudo exploratório, e neste artigo, teve a finalidade de levantar um conjunto de informações sobre as relações de gênero na produção científica sobre Direitos Humanos, nos Programas e Cursos de Pós-graduação no período de 2000 à 2015. O lugar de coleta de dados foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT. A perspectiva analítica que utilizamos foi o Método Estatístico, pois este pode oferecer uma maior precisão à análise quantitativa, mas a partir destes resultados elaboramos uma análise qualitativa. As nossas conclusões apontaram que a produção de teses e dissertações sobre direitos humanos é produzida de forma equitativa entre mulheres e homens e que as Regiões Sudeste e Nordeste são as que mais tem produção científica sobre este tema, e são seguidas pelas Regiões Sul, Centro-Oeste e Norte.

Palavras-Chave: Ciência; Feminismo; Relações de Gênero; Produção do Conhecimento; Direitos Humanos

INTRODUÇÃO

As primeiras concepções e análises sobre relações de gênero tiveram por base as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, restringindo-se apenas às distinções nas características biológicas. Esta fase concentrou estudos sobre as características de cada um dos sexos, os aspectos subjetivos impostos como naturais dos homens e das mulheres e um determinismo sobre os lugares destinados a cada grupo. Por sua vez, o debate em torno das relações de gênero, se tornou mais forte na década de 1980, apontava para desigualdades históricas entre os papéis de mulheres e homens em suas esferas de atuação, nas relações de poder, nos acessos aos direitos, na concentração

de recursos e nos diversos substratos que impõem hierarquias e subalternidades entre estes dois grupos.

Se no âmbito geral da sociedade a questão das relações de gênero nos desafia a pensar as estruturas e as instituições que têm reproduzido as desigualdades entre mulheres e homens, no campo da ciência as clivagens entre estes dois grupos são bem delineadas, e marcam os contrários entre os objetivos da ciência colonial e o debate de intelectuais feministas dentro da ciência, que denunciam estas desigualdades.

Em face disso, este artigo pretende conhecer as relações de gênero na produção do conhecimento sobre direitos humanos nos programas de pós-graduação no Brasil.



Estudo desta natureza são bastante elucidativo de cenários sobre as relações de gênero na produção do conhecimento como os trabalhos de Lage (2014) e Silva (2015), que corroboram para novas compreensões sobre a produção de mulheres e homens no campo científico. Sendo assim, este artigo se soma aos esforços de estudos para compreender as relações de gênero na ciência.

Relações de gênero: um debate sobre poder

Para Scott (1990), a definição de gênero tem duas partes essenciais que estão ligadas entre si, mas que deveria ser distinguidas na análise. Nessa direção, afirma que o “núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.14). Louro por sua vez, afirma que “o conceito serve, assim como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política” (LOURO, 2008, p. 21).

O que estas duas autoras vêm nos dizer é que se o conceito de gênero traz intrínsecas questões sobre as relações de poder entre sexos, esta discussão enquanto categoria analítica, se imbuí de uma perspectiva de política para o debate e as denúncias em torno dessas questões. Nessa direção, Weeks, argumenta que gênero não é uma simples categoria analítica, pois,

[...] é, como as intelectuais feministas têm crescentemente argumentado, uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade femininos são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável – um poder historicamente enraizado (WEEKS, 2010, p.56).

Em sintonia com Louro (2008), Scott (1990) e Weeks (2010) gênero é uma categoria que não trata de diferença sexual, mas sim da relação social entre mulheres e homens, como pressuposto de que nesta relação é que se constrói os sujeitos sociais. Esta categoria não é apenas descritiva ou analítica, mas trata também da historicidade dos sujeitos e das relações de gênero na sociedade.

Dessa forma, a categoria gênero reúne o debate sobre a subalternização histórica da mulher, sua reprodução que alicerçam as hierarquias sociais entre mulheres e homens e as várias e diversas formas significação da mulher na sociedade.

Na discussão entre as representações de cada sexo e a distinção entre eles, Louro (2008) afirma que esta serve para compreender e justificar a desigualdade social e portanto, é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas

[...] é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico” (LOURO, 2008, p. 21)



De fato, as distinções entre os sexos superaram a questão do biológico e se configuraram em representações sociais de masculino e feminino, que são carregadas de simbolismos e de papéis consolidados e de hierarquias históricas, onde o feminino sempre esteve em lugar de subordinação. Essa perspectiva encontra lastro na voz da marxista Saffioti (1987) quando argumenta que “a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p.08). Dessa maneira a naturalização das discriminações socioculturais entre mulheres e homens construídas e difundidas ao longo dos tempos pela sociedade sexista e patriarcal, legítima a mulher como um ser inferior de forma natural, assim como desencadeia as diferenças de gênero.

A Crítica Feminista sobre a Ciência

A ciência, reconhecidamente colonial, sexista e racista, desde o início criou barreiras para o ingresso da mulher, quer seja porque a mesma não tinha acesso à educação, quer seja por um imbricado conjunto de argumentos e mecanismos, que justificaram a sua condição de inferioridade na produção do conhecimento, e dessa maneira mantiveram a mulher historicamente afastada da ciência, ou invisibilizada a sua contribuição. Desse modo, a ciência se construiu em seu percurso histórico, num campo onde a desigualdades nas relações de

gênero foram naturalizadas de tal maneira, que tanto os homens como as mulheres vem reproduzindo uma cultura científica marcadamente masculina, em sua estrutura, nos seus simbolismos e nos discursos epistêmicos.

Para Leta (2003) a primeira obra que versava de forma mais detalhada a participação e realização de mulheres na ciência foi *Women in Science*, escrita, em 1913, por H. J. Mozans, um padre católico e desde então a literatura sobre gênero na ciência cresceu, ainda de forma incipiente, até os anos de 1970, ganhando destaque e importância entre os acadêmicos, principalmente, a partir dos anos de 1980, tornando-se em pouco tempo uma linha de pesquisa de múltiplas abordagens (LETA, 2003, p. 271-272).

Nessa direção, defrontamo-nos com as lutas de intelectuais feministas que denunciam o sexismo na ciência e abrem caminhos para o pluralismo de vozes, tanto dentro da própria ciência como para as possibilidades de diálogo desta com os outros saberes, a partir da condição das mulheres na produção do conhecimento.

Sandra Harding, uma das principais referências da teoria feminista, questiona se a busca realizada para o progresso social da humanidade, se também teria sido para o progresso social as mulheres (HARDING, 1998, p. 105). Harding tem razão no seu questionamento. Sexista desde a sua gênese, a ciência sempre esteve voltada para os interesses



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

da humanidade, a partir do olhar masculino, e nesta perspectiva as preocupações feministas sempre passaram ao largo dos objetivos primeiros de uma ciência construída pelos homens e para os homens.

Contudo, na década de 1960, com o descortinar do movimento feminista contemporâneo, novas vozes começaram a ecoar dentro do restrito campo científico, reivindicando pluralidade e assumindo uma luta - protagonizada por intelectuais feministas - para denunciar uma tradição científica sexista, que havia excluído a perspectiva feminina dos processos de estruturação do social e do conhecimento.

De fato, as vozes de lutas e de denúncias feministas que ocorreram/ocorrem nos mais diversos campos sociais, têm rompido com silêncios e avançado com conquistas de espaços e de poder na luta pela igualdade de direitos e de dignidade, e em especial para a reinvenção de uma ciência onde as relações de gênero sejam mais iguais.

Nas últimas décadas, os estudos feministas, têm refletido sobre a diversidade das condições das mulheres no mundo, as questões que surgem destas condições e as suas perspectivas de compreensão e relação com o mundo. A questão da ciência e o lugar da mulher na produção do conhecimento tem sido uma problemática cara nos estudos protagonizados por intelectuais feministas, que têm se dedicado a

ampliar a debate sobre as relações de gênero na produção do conhecimento, dentro da comunidade científica.

Nesta acepção impulsionam o surgimento de espaços para a desconstrução das identidades subalternas das mulheres na produção do conhecimento, que sempre foram utilizadas para justificar os silenciamentos e exclusões dentro do mundo científico, torna-se crucial para ultrapassar as clivagens existentes. Assim, contribuem para o fim do silêncio epistemológico sobre as relações de gênero na organização do mundo científico e da produção da ciência, e dos questionamentos sobre os rumos da ciência e dos seus projetos, interesses e compromissos.

Contudo como apontam Santos, Nunes e Meneses (2004), o aumento do número de mulheres em instituições científicas ou na academia não significa necessariamente que essas instituições, a organização das carreiras e as práticas profissionais dos seus membros sejam reorganizadas de maneira a ter em conta a presença de mulheres, que continuam a ter de viver numa sociedade em que a divisão sexual do trabalho lhes atribui o grosso das tarefas ligadas à família, ao contexto doméstico e à reprodução. Também não é evidente que o fato de existirem mais mulheres a fazer ciência signifique uma reorientação de certas áreas de investigação para temas que tenham em conta problemas, interrogações, linguagens, imagens ou



procedimentos de pesquisa formulados ou desenvolvidos a partir de uma experiência marcada pela diferença sexual (SANTOS, NUNES E MENESES, 2004, p. 39).

De fato, a marginalização das mulheres na epistemologia científica deixou um irreparável silêncio e ainda continua com uma forte ausência cognitiva, que ainda hoje se expressa sem constrangimentos. A ciência, tal como está organizada, parece não estar disposta à desconstruir espaços de poder para organizá-los em bases mais plurais. Primeiro, porque a construção masculina está bastante consolidada e não pretende partilhar os seus espaços de poder, segundo porque as próprias referências, a forma de olhar o mundo e teorizá-lo, são parte de um imaginário carregado de designações, percepções e simbolismos masculinos, naturalizados ao longo da modernidade.

Os estudos feministas, de modo geral, apresentam-se, não apenas, como um quadro teórico e/ou metodológico ou ainda como uma nova episteme. Apresentam-se na mesma intensidade como uma perspectiva política, que se posiciona perante as questões cruciais que a ciência, desde sempre, relegou a um segundo plano, sob o argumento da necessária despolitização científica. Neste sentido reivindicam que o mundo científico assuma o seu caráter de subjetividades e, de tal forma que possa, não apenas atuar politicamente, mas que também se constitua como sujeito detentor de

responsabilidades frente às mudanças para uma sociedade multicultural.

É como afirma Schienbinger (2001, p. 26), o “valor do feminismo de diferença foi refutar a afirmação de que a ciência é de gênero neutro, revelando que valores geralmente atribuídos às mulheres foram excluídos da ciência e que desigualdades de gênero foram construídas na produção e estrutura do conhecimento”.

Estudos feministas latino-americanos e a praxis para descolonizar o gênero

A condição da mulher latino-americana difere da condição das mulheres do Norte, pelas suas especificidades históricas e os legados culturais da diferença colonial (Mignolo, 2011), onde as subalternidades vividas foram aprofundadas pela submissão/dominação. Da mesma maneira as teorias feministas eurocêntricas e as latino-americanas se distinguem, porque do ponto de vista epistemológico há grande diferenças, pois

El feminismo como teoría y práctica que cuestiona el lugar asignado a las mujeres en un sistema material y simbólico de dominación patriarcal –sistema que se reconfigura, actualiza y mimetiza en las relaciones sociales a través de tiempos y culturas (CANAVAE, 2009, p.96)

Os estudos feministas latino-americanos reúnem um conjunto de explicações sobre os sistemas de subordinação das mulheres em campos discursivos que se articulam numa construção argumentativa que desorganiza os lugares-certeza do mundo patriarcal. Se o lugar



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

dos homens na ciência carrega historicamente os aparatos epistemológicos que lhes garantem a afirmação de sua supremacia, a evidência crítica sobre as desigualdades nas relações de gênero entre pesquisadores e pesquisadoras e os lugares que cada um ocupa de forma majoritária, segundo as áreas do conhecimento, nos ajudam a dimensionar os distanciamentos que reforçam as hierarquias presentes nas relações de gêneros dentro da ciência e entre as áreas do conhecimento.

Nesse ponto a ciência, enquanto lugar do conhecimento, vinca as teorias tradicionais de uma couraça protetora que justifica o rigor, na concepção do masculino, ao encobrir as problemáticas das mulheres, num discurso que assegura a estabilidade do mundo científico. Nesses termos, Alonso e Díaz (2012) asseveram,

[...] que está claro que el feminismo (sea de la vertiente que sea) encuentra dificultades de articulación con posiciones políticas que no logran conceptualizar a las mujeres, y a las problemáticas consideradas por ellas centrales, por fuera de la lógica sexista y clasista (ALONSO E DÍAZ, 2012, p. 78)

É nesse ponto que feministas latino-americanos apontam para a construção de alternativas de gênero, como uma articulação de movimentos sociais e redes de mulheres que as conectam, num grande movimento de construção de novas maneiras de se inscrever no mundo, como se vê na fala de Los Rios, ao afirmar que,

[...] lo que más nos caracteriza es la construcción de alternativas de género desde la vida personal de millones de

latinoamericanas, hasta los movimientos de mujeres, las redes que nos conectan por nuestra voluntad y la marca de género en la innovación y la apertura cultural y en la convivencia (LOS RIOS, 2003, p.61)

Concordamos com Los Rios, pois as novas marcas que o feminismo provoca nas relações de gênero tem a ver com a construção de uma nova cultura para desconstruir os consolidados imaginários patriarcais. Romper com esta estruturas consolidadas de pensamentos sexistas sobre o mundo acarreta uma nova forma se interpelar o mundo em vários campos sociais, que tem sido protagonizado pelos estudos feministas, pois como estes estudos apontam,

[...] desde sus discursos universalizantes, totalizadores y homogeneizantes imponen, soterradamente, la visión androcéntrica como única forma de conocer. Desde esa postura las mujeres han sido las sujetas otras quienes han puesto la objetividad y neutralidad científica en tela de juicio [...] Dicha crítica permite que el feminismo se constituya en una doble matriz, tanto epistemológica como política, apuntando al conocimiento profundo de la realidad para cambiar o “deconstruir” las estructuras patriarcales que actualmente conocemos y que se reproducen “científicamente” para continuar posicionando a las mujeres como sujetos subalternos (RIQUELME, ROMERO E OBREQUE, 2010, p. 53-54)

De fato esta dupla matriz epistemológica e política, acarreta desdobramentos no sentido de que o feminismo na ciência é uma luta política por igualdade e ressignificação da contribuição da produção do conhecimento não só pela mulher, mas do ponto de vista feminista como também, enquanto território epistemológico,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

onde a produção intelectual das feministas de “*Nuestra América*” tem produzido debates, que além de se diferenciar do feminismo do Norte, incluem questões resultantes da experiência colonial e de fenômenos como a mestiçagem (Gargallo, 2009).

Nessa direção Alonso e Díaz (2012) ao discutirem sobre o aporte dos estudos sobre as mulheres, argumenta, a partir de Bellucci (1993), os interesses acadêmicos destes estudos, nos quais o feminismo latino-americano tem se concentrado, tais como:

En una suerte de balance acerca del aporte de los Estudios de las Mujeres en aquellos ámbitos académicos en donde pudieron insertarse, Bellucci (1993) enumera varios, entre los cuales destacaríamos: el cuestionamiento al cuerpo de conocimientos científicos acumulado o saber científico tradicional, la recategorización de la cultura a partir de la dialéctica sexual como una construcción androcéntrica del mundo; el haber analizado críticamente los supuestos básicos de cada disciplina para proponer nuevas categorías analíticas y marcos teóricos en cuanto a la desigualdad de género y en cuanto a todas las formas de desigualdad social (ALONSO E DÍAZ, 2012, p. 81-82)

Desde este ponto de vista, os estudos feministas latino-americanos se constituem ainda em um quadro teórico analítico que nos ajuda a compreender a organização científica, enquanto estrutural colonial - masculina, racista e heteronormativa e católica. Entendendo estes elementos fundantes da ciência, se descortina a imposição de conhecimentos universalizantes,

que naturalizam a inferioridade da mulher em todos os campos sociais.

Em contraponto ao quadro teórico dos estudos pós-coloniais, que discutem a questão da colonialidade do ser, do saber e do poder, com ênfase na matriz racial do colonialismo e sua herança na subalternização do Outro/Colonizado, as feministas latino-americanas, ampliam esta discussão ao falar da colonialidade de gênero.

Descolonizar el género es necesariamente una tarea práxica. Es entablar una crítica de la opresión de género racializada, colonial y capitalista, heterosexualista, como una transformación vivida de lo social. [...] La colonialidad del género me permite comprender la imposición opresiva como una interacción compleja de sistemas económicos, racializantes y generizantes, en los cuales cada persona en el encuentro colonial puede ser vista como un ser vivo, histórico, plenamente descrito. Como tal quiero comprender a quien se resiste como oprimido por la construcción colonizadora del locus fracturado (LUGONES, 2011, p. 110).

METODOLOGIA

Para Gil (2009, p.26) o que torna possível distinguir o conhecimento científico das demais formas de conhecimento é que este “tem como característica fundamental a sua verificabilidade” e neste contexto aponta o método científico “como conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotadas para se atingir o conhecimento” (GIL, 2009, p.26). Assim, foram escolhidos métodos, critérios e práticas para conferir validade e confiabilidade à investigação, com base em procedimentos claros e objetivos que assegurem a veracidade.



Tabela 1. Síntese das Instituições e sua Produção (Teses e Dissertações) com indicação de Direitos Humanos no título, por Região

Região	Instituições	Produção de Teses e Dissertações
Norte	03	08
Nordeste	11	115
Centro-Oeste	05	49
Sudeste	12	161
Sul	12	97
TOTAL	43	430

A pesquisa está delimitada ao estudo das configurações das relações de gênero na produção do conhecimento sobre direitos humanos em programas de pós-graduação do Brasil, no âmbito do debate ciência e feminismo. Esta área foi escolhida por se tratar de um campo de lutas por justiça social, então conhecer as relações de gênero, e os seus sujeitos na produção do conhecimento dessa área tem um caráter revelador.

A pesquisa realizada, tratou-se de um estudo exploratório, pois teve a finalidade de inicialmente levantar um conjunto de informações sobre as relações de gênero na produção científica sobre Direitos Humanos, nos Programas e Cursos de Pós-graduação no Brasil em Direitos Humanos ou com produção de teses e dissertações sobre este tema, no período de 2000 à 2015. O lugar de coleta de dados foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT (<http://bdtd.ibict.br>) O acervo desta biblioteca reúne informações de 122

instituições, 97.001 teses e 261.481 dissertações cadastradas, perfazendo um total de 358.482 volumes, segundo informações em seu site no período da pesquisa.

A Coleta de Dados para esta pesquisa foi realizada dentro do período de um Estágio Pós-doutoral em Direitos Humanos realizado no período de 15/08/2015 à 15/02/2016.

A perspectiva analítica que utilizamos foi o Método Estatístico, pois este pode oferecer uma maior precisão à análise quantitativa. Nessa direção Gil (2008) diz que “as explicações obtidas mediante a utilização do método estatístico não podem ser consideradas absolutamente verdadeiras, mas dotadas de boa probabilidade de serem verdadeiras” (p. 17). Entretanto com os resultados quantitativos presentes nas Tabelas 1 e 2, foi possível fazer uma análise qualitativa; o que nos levou a novas compreensões sobre o tema estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos dados disponibilizados pelo sistema de busca do IBICT, optamos por estudar aqueles referentes as teses e dissertações que objetivamente apontavam no título a expressão Direitos Humanos. Isto porque demarcava a força do tema na pesquisa empreendida. Entretanto, entendemos que muitas produções de Programas de Direitos Humanos, apesar de tratarem dessa temática em sua estrutura, podem não apontar esta expressão nos títulos das pesquisas, apesar de apontar no título temas que



estão diretamente ligados à questão dos direitos humanos e por este fato, muita produção sobre este tema não foi objeto dessa nossa pesquisa.

Na Tabela 1, apresentamos uma síntese para contextualizar a produção de teses e dissertações sobre direitos humanos no Brasil, na perspectiva de verificarmos como as cinco regiões se comportam nesse cenário científico.

Dos dados levantados por instituição, podemos observar, por um lado que o número de instituições envolvidas na produção de teses e dissertações sobre direitos humanos aponta 3 regiões com números bem próximos ou mesmo iguais que são: Sudeste e Sul com 12 instituições e Nordeste com 11; Sul com 12; o que nos diz que apesar do grande número de IES na região Sudeste, quando se refere a produção sobre direitos humanos, a região Sudeste tem um pequeno número de instituições envolvidas nesse tema. Entretanto quando verificamos que o quantitativo da produção, percebemos que o ranking aponta uma hegemonia dessa produção na região Sudeste (161), e aponta em segundo lugar a região Nordeste (115), que este é um fato revelador da pesquisa. Na sequência aponta em terceiro lugar a Região Sul, que há um consenso de ser um lugar com grandes debates em Direitos Humanos.

Já na Tabela 2 temos o universo do qual desenhamos a nossa amostra e a sistematização do números de teses e dissertações sobre direitos

humanos, conforme o sistema de busca na biblioteca virtual do IBICT.

Tabela 2. Síntese dos Dados do Sistema de Busca da Biblioteca do IBICT para teses e dissertações com termo de busca “Direitos Humanos” produzidos entre os anos 2000 e 2015.

Campo de busca	Teses (T)	Dissertações (D)	Total (T+D)
Título	78	352	430
Assunto	184	692	876
Todos os campos	792	2.417	3.209

Logo a nossa amostra se concentrou na produção científica das 78 teses de doutorado e 352 dissertações de mestrado com título que tenha a expressão “Direitos Humanos”.

Importa referir, que os dados disponibilizados na plataforma do IBICT (97.001 teses e 261.481 dissertações) apesar de expressivos quantitativamente podem não constar da integralidade da produção científica brasileira, pelo fato destes serem cadastrados pelos Programas e Cursos de Pós-graduação.

Em nossa sistematização dos dados referente à questão das relações de gênero na produção de teses e dissertações sobre direitos humanos, optamos por fazer um levantamento mais quantitativo que nos revelasse aspectos qualitativos sobre esta questão.

Então de uma planilha larga, fomos excluindo vários dados de maneira a quantificar o número de teses e dissertações e o sexo dos autores, caracterizando cada ano de produção científica sobre direitos humanos.



Tabela 3. Produção dos Programas/Cursos, segundo o sexo dos autores(as) que produziram teses e dissertação, que contenha no título a expressão Direitos Humanos, conforme o IBICT

Ano	Total da produção (T+D)	Tese (T)		Dissertações (D)	
		M	H	M	H
2015	48	04	06	19	19
2014	60	08	04	29	19
2013	59	08	04	27	20
2012	54	02	04	28	20
2011	54	06	04	23	21
2010	42	04	05	19	14
2009	36	04	03	15	14
2008	20	02	01	09	08
2007	13	00	01	06	06
2006	15	01	00	11	03
2005	06	00	00	02	04
2004	07	00	03	02	02
2003	06	00	03	02	01
2002	04	00	00	00	04
2001	05	00	00	04	01
2000	01	00	01	00	00
TOTAL	430	39	39	196	156
		78		352	

A Tabela 3 nos revela que esta área tem um equilíbrio nas relações de gênero que produzem o cabedal científico sobre direitos humanos no Brasil. Considerando algumas variações de um ano para o outro, o resultado final nos mostra que no intervalo 2000-2015 tantos as mulheres quanto os homens produziram cada grupo 39 teses, perfazendo um total de 78 teses em 15 anos. Sobre as dissertações, as

mulheres apontam uma produção de 11,36% maior que os homens, de acordo com a amostra do nosso estudo, que foi o Banco de Teses e Dissertações do IBICT. Isto nos diz que a produção ao nível da pós-graduação no Brasil sobre direitos humanos é realizada de maneira equilibrada por mulheres e homens.

A Tabela 3 aponta ainda para o crescimento da produção nesses 15 anos, especialmente a partir de 2008, que se descontados os anos de elaboração, esse recuo nos mostra um interesse maior da academia para 2006 para dissertações e 2004 para teses, anos em que foi se ampliou o debate sobre direitos humanos no Brasil, tendo como um dos marcos a Política Externa Brasileira, que naqueles anos reuniu esforços diplomáticos para ingressar como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

CONCLUSÕES

Conhecer a maneira como se configura as relações de gênero na produção do conhecimento sobre direitos humanos, a partir de uma análise da produção científica de Programas de Pós-graduação nos proporcionou um importante aprofundamento no cenário deste tema.

O banco de dados eleito para nosso estudo, nos proporcionou um mergulho na produção científica brasileira expressada em teses e dissertações de vários Programas. Mas, apesar de extensão de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ainda foi necessário recorrer ao Currículo Lattes da maioria dos autores(as) de teses e dissertações e/ou acessar suas páginas iniciais a fim de confirmar os Programas nos quais produziram suas pesquisa de mestrado e doutorado, o que para nós era relevante conhecer o lugar da produção científica e sistematiza-la por Região.

Outra questão relevante é que o IBICT, assim como a CAPES e outras bibliotecas ou repositórios de instituições com Programas de Pós-graduação, é que a inclusão dos dados sobre a produção depende das próprias instituições. Portanto esta amostra de teses e dissertações estudadas não contempla a totalidade de teses e dissertações no Brasil com a expressão direitos humanos em seu título. Mas também não deixa de ser um banco de dados muito expressivo e nos proporcionou um estudo com profundidade.

A pesquisa realizada, nos confirmou a superioridade numérica dessa produção com relação a região Sudeste, pelo outro nos revelou que a região Nordeste tem forte presença, na medida em que se coloca numericamente em segundo lugar, seguidas pelas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte.

Outro aspecto relevante foi a constatação de que há uma perspectiva de equidade na produção científica sobre direitos humanos, na medida em que o número de teses e dissertações produzidas nos últimos 15 anos, têm números muito próximos a cada anos ou mesmo igual, quando se refere a totalidade de teses produzidas

tanto por mulheres quanto por homens, inclusive nos anos 2014 e 2013, elas produziram o dobro da produção dos homens.

Por fim, nos mostrou os crescimento da produção a partir de 2008 em sintonia com o crescimento da participação da mulher, que nesse ano começou a produzir teses sobre o tema direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Graciela e DÍAZ Raúl. Reflexiones acerca de los aportes de las epistemologías feministas y descoloniales para pensar la investigación social. In: **Debates Urgentes - Dossier: Pensamiento crítico y cambio**, Año 1, Nº 1, 2012.

CANAVAE, Doris Lamus. Localización geohistórica de los feminismos latino-americanos. In: **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, Volumen 8, Nº 24, 2009, p. 95-109

GARGALLO, Francesca. El feminismo y su instrumentalización como fenómeno de mestizaje en nuestra América. In: **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer** - Julio/Diciembre 2009. Vol. 14. Nº 33 - pp. 27-36

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARDING, Sandra. **Is Science Multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and**

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



epistemologies. Indiana: Indiana University Press, 1998.

LAGE, Allene. Estado da Arte da pesquisa em movimentos sociais, sujeitos e processos educativos. In: GOMES, Alfredo Macedo e LEAL, Telma Ferraz. **Pesquisas em educação nas regiões Norte e Nordeste: perspectivas e balanços**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. In: **Revista Estudos Avançados**. 17 (49), p. 271-284, 2003

LOS RIOS, Marcela Lagarde. **De la igualdad formal a la diversidad. Una perspectiva étnica latino-americana**. Anales de la Cátedra Francisco Suárez, nº 37, p. 57-79, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. In: **La manzana de la discordia**, Julio - Diciembre, Año 2011, No. 2: 105-119

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2011.

RIQUELME, Vivianne Hasse; ROMERO, Lucy Ketterer; OBREQUE, Ana Arellano. El punto de vista de las mujeres: la epistemología feminista. Un acercamiento desde la historia y la

política. In: **Educación y Humanidades** - Vol, 1 - Nº 1, p. 46-69, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **O Poder do Macho**. 9º edição; São Paulo. Editora Moderna. 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado e MENESES, Paula. Introdução: para ampliar o cânone da ciência. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 2004.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP : EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. p. 5-22, nº2, jul/dez, Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SILVA, Emanuely Arco Iris. **Ciência no Feminino. Um estudo sobre a presença da mulher docente na pós-graduação da UFPE**. (Dissertação de Mestrado). Caruaru: PPGEDUC, 2015.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed.. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000